

Palestras

Na primeira palestra de terça-feira (28/05), o professor Rafael de Asis, da Universidade Carlos III, em Madrid, falou por videoconferência sobre o direito à acessibilidade universal. Ele ressaltou que a acessibilidade é uma questão de direito humano, explicou o conceito e falou sobre os limites necessários e razoáveis da acessibilidade. O segundo palestrante foi o professor da UFF Marcus Fabiano, que falou sobre linguagens, singularidades cognitivas e sistemas de representação. Para provocar uma reflexão acerca da necessidade de inclusão, Marcus passeou pela origem da linguagem humana, a questão genética que propiciou o nosso desenvolvimento até chegar na questão moral da representação do sofrimento alheio.

A programação da tarde de terça-feira foi aberta com palestra da professora da Universidade Candido Mendes Sandra Kiefer, que focou na questão da inclusão nas escolas particulares. A professora destacou a importância de uma regulação social que direcione as instituições de ensino privado a um modelo sensível, informacional e flexível de inclusão, de acordo com a realidade de cada escola particular.

A segunda mesa foi composta pela coordenadora do CAO Cível/MPRJ, a promotora Barbara Spier e as promotoras Cristiane Branquinho Lucas e Renata Scharfstein, respectivamente coordenadora e subcoordenadora do CAO Idoso/MPRJ. A discussão abordou a atuação do MPRJ na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, apresentando o modelo social da questão e as problemáticas enfrentadas no cotidiano. “É importante enfatizar que a nossa instituição não guarda em si a resolutividade e por isso a necessidade dessa troca de saberes para que torne a nossa atuação mais efetiva e resolutiva”, enfatizou a promotora Cristiane.

O último palestrante de terça-feira foi o professor da UFRJ Philippe Oliveira de Almeida, que falou sobre interseção entre direito, raça e deficiência por meio da Teoria Racial Crítica da Deficiência (DISCRIT). De acordo com o professor, não é possível pensar a lógica da teoria jurídica sem pensar o racismo e na capacidade dos indivíduos. “Por isso, é necessário refletir sobre como o direito se relaciona com a sociedade por esses dois ângulos”, disse o professor.

No segundo dia do evento (29/05), os professores estrangeiros Thomas Gutmann, da Universidade de Münster, na Alemanha; e Inmaculada Vivas Tesón, da Universidade de Sevilla, na Espanha, palestraram por meio de videoconferência, respectivamente, sobre educação inclusiva e acessibilidade. Eles discorreram sobre leis e normas internacionais sobre o tema. A advogada Deborah Prates ministrou a última palestra da manhã com o tema “Violência simbólica e capacitismo”, dividindo com o público suas experiências pessoais e lugar de fala no assunto.

“É um evento de suma importância institucional, tendo em vista os direitos fundamentais das pessoas portadoras de deficiência a partir do momento em que o Brasil aderiu à Convenção de Nova Iorque, que possui força de emenda constitucional. Mais do que promover meramente uma integração dessas pessoas na sociedade, é necessário promover sua inclusão, acabando com o olhar da invisibilidade”, observou Guilherme Martins.

Na parte da tarde, a palestrante Juliana Alvim, doutora em Direito Público pela UERJ, falou sobre a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, justiça reprodutiva e sobre a Lei ADI 5581, que trata do **combate a doenças transmitidas pelo Aedes aegypti**. Juliana alertou sobre a importância de garantir os direitos das famílias que foram atingidas por vírus transmitidos pelo mosquito, principalmente das crianças que nasceram com sequelas oriundas do Zika, como a microcefalia. A segunda palestra foi realizada por Renato Moraes. Mestre em Direito pela USP

e doutor em Filosofia pela UFRJ, o palestrante falou das potencialidades e das condições humanas, explicando como as pessoas se tornam diferentes uma das outras, incluindo as pessoas com deficiência.

No encerramento do seminário, Joyceane Bezerra, doutora e professora titular de Direito Civil da Unifor, palestrou por videoconferência. Ao discorrer sobre leis e projetos de inclusão e igualdade para pessoas com deficiência, Joyceane alertou que as autoridades precisam ser avisadas sobre violações aos direitos de pessoas deficientes.